

Algumas vias possíveis de acesso das camadas populares à cultura no Brasil

Enquanto há brasileiros que vivem no Rio Grande do Sul, estado que faz fronteira com a Argentina e o Uruguai, há os que vivem próximos à fronteira com Paraguai, Bolívia, Peru, Colômbia, Venezuela e Guianas. Há também aqueles que são vizinhos do Oceano Atlântico e os que moram no centro do país, longe do mar e também de qualquer fronteira internacional. Essa imensidão territorial já sugere a grande diversidade cultural que permeia a vida dos brasileiros. Muito se produz em termos de cultura, no entanto, em termos comparativos, ainda pouco se circula e também pouco se consome em todo o território nacional. Isso sem contar o restrito acesso que, geralmente, as camadas populares ainda tem à cultura em suas próprias cidades.

Uma das vias pelas quais o povo consegue ter algum acesso a diferentes manifestações culturais é a de projetos ou atividades realizados pelas próprias comunidades nas quais pertencem, por grupos específicos, organizações não governamentais, instituições, entre outros. Pouco a pouco, as políticas governamentais no Brasil estão procurando incrementar a área de cultura no país, seja por meio de aperfeiçoamento de leis de incentivo já existentes; editais para várias áreas, como é o caso dos Pontos de Cultura, que trabalha em parceria com projetos já existentes da sociedade civil; orçamento participativo, dentre vários caminhos possíveis.

Segundo estimativas do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), apenas 14% da população brasileira vai ao cinema periodicamente, 96% não frequenta museus, 93% nunca foi a uma exposição de arte e 78% nunca assistiu a um espetáculo de dança. Mais de 90% dos municípios brasileiros não possuem salas de cinema, teatro, museus e espaços culturais multiuso. Dos cerca de 600 municípios brasileiros que nunca receberam uma biblioteca, 440 ficam no nordeste e apenas 2 no sudeste. Sibelle Cornélio Diniz e Ana Flávia Machado¹ fizeram um estudo sobre o gasto com cultura nas metrópoles brasileiras. Os resultados indicam pouca participação de bens e serviços culturais no orçamento das famílias e relativa concentração do gasto nas áreas urbanas, principalmente nas capitais. Os domicílios com maiores rendimentos per capita apresentam os maiores e mais diversificados gastos. E, aparentemente, o gasto parece ser maior em domicílios cujos chefes são mais escolarizados, brancos e de religião distinta da católica e da protestante. O contexto colocado nessa pesquisa mostra a necessidade de políticas públicas que privilegiem tanto o acesso às mercadorias culturais quanto a elevação dos níveis de educação e renda, de modo a garantir melhores condições de consumo e de vida à população.

Nessa linha de ação, uma das políticas mais destacadas é a dos Pontos de Cultura, que tem como objetivo possibilitar o desenvolvimento de ações culturais sustentadas pelos princípios da autonomia, protagonismo e empoderamento social, integrando uma gestão compartilhada e transformadora da organização selecionada, que já vinha fazendo todo um trabalho cultural em determinada comunidade, com a Rede de Pontos de Cultura já existente.

Pontos de Cultura: uma experiência de descentralização do conhecimento e da arte

O Brasil conta, atualmente, com cerca de 2.500 Pontos de Cultura implantados em todo o país, chamando a atenção de governos e da sociedade civil na Europa e na América Latina, já sendo objeto de pesquisas acadêmicas e de modelo para ações governamentais semelhantes, em outros países. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), numa pesquisa sobre a extensão da ação dos Pontos de Cultura no Brasil, indica sua abrangência sobre uma população de cerca de oito milhões de pessoas. O público está distribuído entre os participantes diretos das atividades desenvolvidas nos projetos cul-

1 Elas são autoras do artigo “Consumo de bens e serviços culturais nas metrópoles brasileiras – uma análise a partir de dados da POF”. A POF constitui uma rica fonte de informações sobre a composição dos orçamentos domésticos, dos hábitos de consumo, da alocação de gastos e da distribuição dos rendimentos, segundo as características dos domicílios e das pessoas (IBGE, 2004). Foi realizada nas Regiões Metropolitanas de Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre, no Município de Goiânia e no Distrito Federal (IBGE, 2004).

turais e entre integrantes da comunidade que assistem às apresentações artísticas ou participam esporadicamente de cursos e oficinas. O repasse dos recursos é direcionado diretamente à ponta do projeto e cada um custa cerca de R\$60 mil/ano.

Um projeto da senadora da república Marisa Serrano, que propõe a disseminação do projeto dos Pontos de Cultura por todos os países do Parlamento do Mercosul (Parlasul), foi aprovado em sua última reunião, realizada em novembro de 2009. A proposta será encaminhada à próxima reunião do Conselho do Mercado Comum, órgão máximo da integração regional, em junho de 2010. Este será um primeiro passo para elaborar uma legislação regional, que poderá articular políticas entre os países do bloco, com possibilidade de ampliar o projeto.

A Reciclázaro, um projeto da cidade de São Paulo, trabalha com a temática da inclusão social e se converteu este ano em ponto de cultura. "O desejo é de mantê-lo sempre como um organismo vivo por onde a participação da comunidade fortaleça vínculos de pertença, melhore as condições de acesso à cultura e de divulgação do trabalho que muita gente talentosa tem a desenvolver, mas se resente da falta de espaço para apresentar o que tem de melhor", analisa Manoel Rodrigues, coordenador pedagógico do projeto. Artesãos, educadores populares, contadores de histórias, designers, crianças e jovens com potencial para se comunicar e criar através do rádio, do desenho, da internet e tantos outros meios de expressão têm sua oportunidade de se desenvolver ali.



Esse Ponto de Cultura atende basicamente a população da Zona Leste, região mais pobre de São Paulo, com três vertentes essenciais. A primeira é a produção em multimeios, com destaque para o aprendizado e a difusão do audiovisual criado no âmbito comunitário, a inclusão digital utilizando o software livre como ferramenta de democratização do acesso ao computador e à internet. A segunda vertente é a arte a partir da reciclagem com oficinas de moda sustentável, de cenografia (capacitação para concepção de banners, montagem de salas temáticas e vitrinismo) e de construção de brinquedos feitos de sucata. A proposta é formar, contribuir para geração de renda e difundir os conceitos de associativismo, cooperativismo, comércio justo e solidário. A terceira vertente é de Iniciação Artística, com salas de contação de histórias e de introdução à linguagem de histórias em quadrinhos reunindo crianças, jovens e adultos interessados pelas técnicas e linguagens que a escola não costuma desenvolver. “Desde o início, já registramos o interesse de professores de escolas públicas em fazer estas oficinas constatando a dificuldade de comunicação em sala de aula e o esgotamento de fórmulas tradicionais quanto à transmissão do conhecimento”, analisa Manoel.

Orçamento Participativo abrindo espaços culturais

O orçamento participativo é outro caminho de parceria entre sociedade civil e governo que tem trazido avanços para a democratização da cultura, como no caso do Centro de Referência da Juventude (CRJ), uma política pública do Município de Vitória, no estado do Espírito Santo, pertencente à Gerência da Juventude da Secretaria Municipal de Assistência social (Semas). Esse Centro surgiu a partir das demandas da população que propôs sua criação para o orçamento participativo do município no ano de 2005. Em setembro do ano seguinte, o CRJ abriu as portas para toda a comunidade, com prioridade para os jovens das camadas populares de Vitória, de 15 a 29 anos. Seu objetivo é transformar suas vidas por meio da arte e cultura, contribuindo para o seu desenvolvimento profissional e humano. Nele acontece a convivência e integração dos jovens de diversas “tribos”: as principais atividades oferecidas são as oficinas regulares, como as de Teatro, Forró, Graffiti, Animação, Skate, Break, Le Parkour, Beat Box, Fotografia, Violão, entre outras. Atualmente elas ocorrem a cada dois meses, sendo oferecidas mais de 150 vagas e 15 opções por bimestre. Todas as atividades do Centro de Referência são gratuitas e os jovens que necessitam recebem atendimento psicossocial e vale-transporte para as despesas com mobilidade da residência até o CRJ.

As oficinas e demais atividades são discutidas junto aos jovens que frequentam o espaço e sugerem novas atividades. Além disso, o CRJ possui um estúdio popular, para que novas bandas formadas por eles possam ensaiar gratuitamente, contando com a infra-estrutura. Semanalmente também acontecem o Forró lá (onde os jovens se reúnem para exercitar os passos da dança) e a Comunidade Hip Hop (na qual se reúnem para praticar e trocar idéias sobre essa cultura, com todos os elementos reunidos - graffiti, break e beat box). Recentemente, o CRJ realizou o lançamento de um CD com 12 bandas - já mais estruturadas - que se formaram a partir dos ensaios no estúdio popular e já fazem algumas apresentações na região.

Diversidade na pauta das políticas culturais

O novo Fundo Nacional de Cultura para 2010 conta com mais de R\$ 800 milhões que serão aplicados diretamente na produção cultural, com bolsas, prêmios e editais para todos os setores, da música às artes visuais, do patrimônio ao teatro. As diretrizes da diversidade aplicadas tanto pelo governo federal como por vários estaduais tem modificado também o retrato das diversas expressões artísticas beneficiadas por meio da política de editais, com verbas estaduais e federais. “Essa política tem permitido a sobrevivência e a visibilidade social de manifestações que viviam em guetos periféricos, e posso até dizer que tem influenciado positivamente na relação da elite com as manifestações populares”, analisa Arthur Leandro, professor da Faculdade de Artes Visuais e Museologia da Universidade Federal do Pará, militante do movimento negro e coordenador de vários projetos independentes. “a verba que era usada exclusivamente para o financiamento da ‘arté’ da elite, agora atende também uma parcela das demais manifestações culturais”, afirma.

Um dos projetos que Arthur Leandro coordena é o Azuelar, uma proposta cultural experimental de comunicação social e comunitária do Instituto Nangetu. Ela inclui a produção de peças gráficas de divulgação de eventos, inclusive as usadas para divulgação pela internet; o Cineclube Nangetu, atividade cultural que exhibe filmes de temática afro-brasileira dando ênfase a temática afro-religiosa; produção de vinhetas de áudio, veiculadas em programas em rádios comunitárias e outros canais; registros fotográficos e audiovisuais de eventos, distribuídos em grupos de discussão virtual e sites na internet; produção de estampas de camisetas, distribuídas aos membros da comunidade; veiculação da produção, em vários canais de comunicação, principalmente pela internet; manutenção de blog e produção de documentários audiovisuais. A proposta editorial do Instituto Nangetu tem caráter de serviço, informação, afirmação da cidadania e da dignidade, valorização das culturas afro-brasileiras, apoio às entidades dos movimentos sócio-culturais, e visa proporcionar a interação com a vizinhança e a comunidade local, tendo o objetivo de preservar os valores culturais afro-amazônicos e combater o preconceito em relação às práticas religiosas oriundas da África negra.



Vale-Cultura: um dos possíveis caminhos para incrementar o consumo cultural no Brasil

É num cenário de ampla oferta de bens, serviços e conteúdos culturais que o Vale-Cultura ganha expressão. “O Ministério da Cultura não acredita numa mudança radical de foco da produção para o consumo, mas no investimento equilibrado em todo o sistema cultural, estimulando a um só tempo a democratização do acesso e a promoção da excelência artística”, declara José Luiz Herencia, secretário de Políticas Culturais do Ministério da Cultura. “O Vale-Cultura é um mecanismo de reforma da Lei Rouanet”



criado dentro de um novo modelo de financiamento que prevê o incentivo ao consumo de cultura”, esclarece Roberto Nascimento, Secretário Federal de Fomento e Incentivo à Cultura.

Em dezembro de 2009, o Vale-Cultura foi aprovado pelo Senado e, provavelmente ainda no primeiro semestre de 2010, será aprovado pela Câmara dos Deputados e sancionado pelo presidente da república. Com esse vale, os trabalhadores brasileiros que ganham até 5 salários mínimos, assim como estagiários e aposentados, nas condições apresentadas pelo Projeto de Lei nº 5.798 de 2009, terão o direito de receber R\$50,00 todo mês por meio de um cartão magnético, para serem utilizados na compra de um livro, de revistas, de jornais, de ingressos de shows musicais, de peças teatrais, exposições de arte, museus, entre outros. O que não será gasto em determinado mês acumula para o mês seguinte. Estimativas do Ministério da Cultura mostram que o Vale-Cultura pode aumentar em até R\$ 600 milhões/mês ou R\$ 7,2 bilhões/ano o consumo cultural no país, beneficiando diretamente 12 milhões de brasileiros. Pelo projeto, as empresas poderão deduzir até 1% do Imposto de Renda se aderirem ao programa até o exercício de 2014, ano calendário de 2013. Esse vale é a primeira política governamental que procura incentivar diretamente o consumo cultural no país. “Sou a favor do Vale-Cultura, mas é importante que tenhamos claro a urgência de outras medidas que venham se somar a esta”, analisa Manoel Rodrigues, diretor pedagógico do projeto Reciclázaro, em São Paulo. “O mérito deste benefício é propor que se reflita sobre o lugar da cultura na cesta básica do trabalhador brasileiro”, afirma. Uma das críticas mais frequentes ao projeto do Vale-Cultura diz respeito à liberdade de escolha dos que farão uso dele. “O lado bom é que esse vale traz o que o povo precisa: verba para gastar em lazer construtivo, mas também tem o lado péssimo: pagar para o povo ver funk, pagode, etc, já que tudo é válido como cultura neste país...”, analisa a professora paulistana de Ensino Fundamental Roseli Montero. “O problema não é o funk ou o axé ou o samba ou o rock ou qualquer outra expressão artística”, rebate Albino Rubim, Professor da Universidade Federal da Bahia e presidente do Conselho Estadual de Cultura da Bahia. “A questão é que talvez a pessoa consuma o que já consumia e não tenha abertura para entrar em contato com novos e diversos fluxos culturais: este me parece o problema potencial”, analisa. Rubim sugere que o projeto deveria ter alguma forma de incentivar a diversidade cultural.

“Hoje a subversão do sistema acontece via indústria ilegal da pirataria, por onde as famílias de baixa renda podem ter acesso a produção de vários bens culturais, e não acredito que o vale cultura venha a alterar a relação de consumo da camada de baixa renda, creio que pode vir a influenciar no consumo da classe média, mas vamos ver o que acontecerá de fato”, analisa Arthur Leandro, professor da Universidade Federal do Pará. “Acho que num primeiro momento não vai ser possível constatar qual a potencialidade deste projeto, contudo a tendência é que o quadro mude com o passar dos anos, com crianças e adolescentes de periferia acessando com maior facilidade os cinemas, teatros e casas de shows que são espaços mais elitizados”, rebate Max Dias, coordenador do Centro de Referência de Juventude de Vitória, no Espírito Santo.